



CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

PROCEDIMENTO:

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NA SUA REDAÇÃO ATUAL

PREÇO BASE:

2 132 883,00 € (DOIS MILHÕES CENTO E TRINTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E TRÊS EUROS), ACRESCIDO DO IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR.

OBJETO CONTRATUAL:

PROCEDIMENTO N.º 717/2025 PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS PARA AS UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAIS, PELO PRAZO DE 36 MESES.



ÍNDICE

Cláusula 1.ª	4
Objeto	4
Cláusula 2.ª	4
Contrato.....	4
Cláusula 3.ª	4
Prazo	4
Cláusula 4.ª	5
Preço Base	5
Disposições gerais.....	5
Cláusula 5.ª	5
Obrigações principais do prestador de serviços.....	5
Cláusula 6.ª Trabalhadores afetos à prestação de serviços.....	7
Cláusula 7.ª	7
Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	7
Cláusula 8.ª	8
Transferência da propriedade.....	8
Cláusula 9.ª	8
Conformidade e garantia técnica.....	8
Subsecção II	8
Dever de sigilo.....	8
Cláusula 10.ª	8
Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 11.ª	8
Prazo do dever de sigilo.....	8
Obrigações do Município da Maia.....	9
Cláusula 12.ª	9
Preço contratual.....	9
Cláusula 13.ª	9
Faturação e Condições de pagamento.....	9
Cláusula 14.ª	10
Revisão de preços.....	10
Cláusula 15.ª	10
Disposição e fruição de bens pertencentes a terceiros afetos à boa execução do contrato.....	10
Cláusula 16.ª	11
Gestor do contrato.....	11
Cláusula 17.ª	11
Penalidades contratuais.....	11
Cláusula 18.ª	12
Força maior	12
Cláusula 19.ª	13
Resolução por parte do contraente público.....	13
Cláusula 20.ª	13



Resolução por parte do prestador de serviços.....	13
Cláusula 21.ª	13
Caução	13
Execução da caução	13
Cláusula 22.ª	14
Seguros	14
Cláusula 23.ª	14
Foro competente.....	14
Cláusula 24.ª	15
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	15
Cláusula 25.ª	15
Comunicações e notificações.....	15
Cláusula 26.ª	15
Contagem dos prazos	15
Cláusula 27.ª	15
Proteção de dados.....	15
Cláusula 28.ª	15
Avaliação de Fornecedores	15
Cláusula 29.ª	17
Legislação aplicável	17
Cláusula 29.ª	18
Âmbito da prestação de serviços.....	18
Cláusula 30.ª	18
Local da prestação de serviços	18
Cláusula 31.ª	18
Critérios ecológicos e requisitos de natureza ambiental	18
Cláusula 32.ª	19
Níveis de Serviços	19
Cláusula 33.ª	20
Acompanhamento da prestação do serviço	20
Cláusula 34.ª	20
Avaliação da Qualidade dos serviços de limpeza	20
Cláusula 35.ª	21
Plano de trabalhos.....	21
ANEXO I.....	22
ANEXO II	23
UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.....	23
DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS POR TIPO DE LIMPEZA	24
UNIDADES DE SAÚDE	27

PARTE I
Cláusulas jurídicas
Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição “**DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS PARA AS UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAIS, PELO PRAZO DE 36 MESES**”, nos termos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023 de 14/07, nas condições definidas nas Cláusulas Técnicas descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, quando aplicável.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

- 1 - O contrato entrará em vigor no dia seguinte a contar da data de assinatura do auto de consignação dos serviços, ou no útil seguinte à data da aposição da última assinatura eletrónica qualificada no clausulado contratual, caso esta última seja posterior.
- 2 - O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



- 3 - A comunicação da não renovação do contrato deve ser comunicada à outra parte com antecedência mínima **de 60 dias**, em relação à data de renovação do contrato.
- 4 - A comunicação referida no número anterior deve ser escrita e redigida em português, pelos meios previstos no presente Caderno de Encargos e de acordo com o estabelecido no artigo 468.º do CCP.
- 5 - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, os contratos a celebrar estão isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Cláusula 4.ª

Preço Base

- 1 - O preço base do procedimento é de **2 132 883,00 € (dois milhões cento e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e três euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
- 2 - O preço base do procedimento é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto dos contratos a celebrar, pelo que não poderão ser ultrapassados, sob pena de exclusão.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestar os serviços objeto o contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas da Parte II, do presente Caderno de Encargos, nomeadamente no que diz respeito aos horários de trabalho, meios humanos e materiais afetos à prestação de serviços;
 - b) Executar um serviço de qualidade, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pela Entidade Adjudicante;
 - c) Obrigação de informar a Entidade Adjudicante, no prazo máximo de 24 horas, da falta de um colaborador e a substituição do mesmo;
 - d) Obrigação de respeitar todos os imperativos legais relacionados com a prestação destes serviços, incluindo o cumprimento das normas e regulamentos de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho;

- e) Garantir que os serviços a prestar no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis;
 - f) Cumprir os prazos contratualizados para a prestação de serviços;
 - g) Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade profissional;
 - h) Desempenhar as suas funções de acordo com as condições constantes da sua proposta;
 - i) Cumprir e fazer cumprir as normas legais aplicáveis à prestação de serviços;
 - j) Executar os serviços com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - k) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante;
 - l) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante. Sempre que houver interrupção da prestação de serviços não programada, o prestador de serviços emitirá, no prazo de 3 (três) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma, e proposta de calendarização alternativa;
 - m) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - n) Disponibilizar à Entidade Adjudicante a informação relevante para a gestão dos contratos;
 - o) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação de serviços, assim como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - p) Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - q) Responsabilizar-se quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o prestador de serviços indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
 - r) Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados;
 - s) Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- 2 - No contexto dos serviços objeto do presente contrato, o Município da Maia pode exigir, em qualquer momento, a apresentação de documentação que comprove:
- a) Estarem abrangidos pelo regime geral de segurança social os trabalhadores alocados à execução contratual;

- b) O cumprimento das regras e legislação em vigor, no que diz respeito a turnos, horários, rotatividade de trabalhadores e gozo de folgas.
- 3 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Trabalhadores afetos à prestação de serviços

- 1 - Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a executar o contrato com trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo (para os contratos cujo prazo seja superior a um ano).
- 2 - O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- 3 - O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão/prestação de serviço.

Cláusula 7.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- 1 - Após a entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Município da Maia procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município da Maia toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- 3 - No caso de a análise do Município da Maia a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município da Maia deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
- 4 - No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município da Maia, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
- 5 - Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município da Maia procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
- 6 - Caso a análise comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município da Maia poderá, se entender conveniente, emitir declaração de aceitação.



- 7 - A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.ª

Transferência da propriedade

- 1 - Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município da Maia, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
- 2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.ª

Conformidade e garantia técnica

Sempre que aplicável, o prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município da Maia em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 10.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Maia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres



legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município da Maia

Cláusula 12.ª

Preço contratual

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município da Maia deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 - O preço contratual **não pode ser superior** ao preço base fixado na cláusula 4.ª do presente caderno de encargos.
- 3 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 13.ª

Faturação e Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município da Maia, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a data de entrega das respetivas faturas e sua validação pelo serviço municipal, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - As faturas deverão ser emitidas mensalmente e cada fatura deve estar em conformidade com o contrato de prestação de serviços e deverá ser referente aos serviços efetivamente prestados no período considerado.
- 3 - A faturação a emitir deverá exibir o número do respetivo compromisso que consta dos documentos de adjudicação, em cumprimento da legislação aplicável.
- 4 - As faturas que não exibam o número do compromisso e a data de vencimento (30 dias), ou contenham imprecisões, serão devolvidas para efeito de correção.
- 5 - Em caso de discordância por parte do Município da Maia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas, por regra, através de transferência bancária.
- 7 - A entidade adjudicatária fica obrigada a emitir faturas eletrónicas (formato EDI) nos termos previstos no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável,



sob pena de, não o fazendo, não ser aceite qualquer outro modo de faturação e, consequentemente, não ser efetuado qualquer pagamento até que seja apresentada a fatura eletrónica.

Cláusula 14.ª

Revisão de preços

- 1 - Sempre que, no decurso da execução do contrato para aquisição de serviços de limpeza aqui em causa, se verifique uma revisão da remuneração mínima quer por via da revisão da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) quer por via da revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), o preço contratual correspondente ao custo mensal de mão-de-obra afeto ao contrato será, obrigatoriamente, revisto, em função do aumento percentual do valor da remuneração dos profissionais das categorias que integram o quadro do pessoal afeto ao contrato e que venha a ser aprovado através da revisão da RMMG ou do CCT.
- 2 - A revisão mencionada no número anterior opera mediante aplicação da referida valorização percentual ao valor do custo mensal de mão-de-obra indicado na proposta adjudicada e/ou eventuais revisões.
- 3 - A revisão de preços fica, porém, condicionada à comunicação escrita do prestador de serviços à entidade adjudicante, devidamente fundamentada, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da entrada em vigor do diploma que proceda às alterações, onde conste a nota justificativa dos preços apresentados e o peso da componente salarial sobre o custo mensal de mão-de-obra afeto ao contrato apresentado na proposta adjudicada, entrando em vigor no mês seguinte à entrada em vigor do diploma que proceda à revisão da RMMG ou do CCT.
- 4 - Para efeitos de aplicação do disposto nos números anteriores, e sob pena de não poder prevalecer-se de tal circunstância, o adjudicatário identificará sempre previamente o instrumento de regulamento coletiva de trabalho que lhe é aplicável.

Cláusula 15.ª

Disposição e fruição de bens pertencentes a terceiros afetos à boa execução do contrato

- 1 - A entidade adjudicante deve cuidar da propriedade do fornecedor enquanto esta estiver sob o seu controlo ou a ser utilizada por si.
- 2 - A entidade adjudicante deve identificar, verificar, proteger e salvaguardar a propriedade que seja disponibilizada.
- 3 - Se qualquer propriedade do fornecedor externo se perder, danificar ou de outra forma for tida como inapropriada para utilização a entidade adjudicante deve reportar ao fornecedor externo e manter registos.
- 4 - A entidade adjudicante deve assegurar a confidencialidade de informações fornecidas pelo fornecedor externo. Em caso de quebra de confidencialidade devem ser estabelecidas e implementadas as ações necessárias.
- 5 - A propriedade do fornecedor externo pode incluir materiais, componentes, ferramentas e equipamentos, instalações dos clientes, propriedade intelectual e dados pessoais.

Cláusula 16.ª

Gestor do contrato

- 1- Aquando da adjudicação, será designado pela entidade adjudicante o gestor do contrato, o qual acompanhará permanentemente a sua execução nos termos do artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.
- 2- Sempre que se verifiquem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o Gestor do Contrato deverá constituir evidência documental de todas as ocorrências existentes, devendo ainda encetar junto do fornecedor os procedimentos tendentes à sua correção, bem como a emissão de relatório devidamente fundamentado sobre o desempenho do fornecedor.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 17.ª

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Maia pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) São consideradas não conformes as limpezas cujas auditorias revelem um estado de limpeza inferior a 80 %, sendo aplicada uma sanção calculada do seguinte modo:
$$V_{\text{sanção}} = |0,80 - \text{Pontuação}| \times V_{\text{contrato_por espaço municipal}}$$
Sendo
 $V_{\text{sanção}}$ = Valor da sanção a deduzir ao valor fixo contratado na fatura do mês correspondente;
Pontuação = Pontuação média apurada na(s) auditoria(s) realizada(s), sendo a mesma inferior a 0,8;
 V_{contrato} = Valor fixo contratado a pagar mensalmente pela prestação do serviço do respetivo espaço municipal.
- 2- A entidade adquirente poderá, cumulativamente, aplicar penalizações decorrentes da avaliação contínua do cumprimento dos níveis de serviço fixados no presente Caderno de Encargos, nos seguintes termos:
 - a) Pela não substituição de quaisquer materiais, equipamentos ou produtos de limpeza, é aplicada uma sanção fixa de 200,00€ e por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
 - b) Pela não substituição do pessoal que a entidade adquirente haja comunicado que não autoriza a permanecer nas suas instalações é aplicada uma sanção fixa de 500,00 € por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
- 3- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município da Maia pode exigir-lhe uma pena pecuniária.
- 4- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

- 5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Maia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 6 - O Município da Maia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 7 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Maia exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.ª

Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.ª

Resolução por parte do contraente público

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Maia pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 30 dias para além do prazo de vencimento da(s) respetiva(s) fatura(s);
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
- 3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Maia, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

Caução e seguros

Cláusula 21.ª

Caução

Execução da caução

- 1 - A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo Município da Maia, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.



- 2- A resolução do contrato pelo Município da Maia não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
- 3- A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 dias úteis após a notificação do Município da Maia para esse efeito.
- 4- A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos Públicos.

Cláusula 22.ª

Seguros

- 1- É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro dos seguintes riscos:
 - a. Acidentes de Trabalho, conforme legislação em vigor, para todo o pessoal da sua equipa envolvida na prestação de serviços à entidade adjudicante;
 - b. Responsabilidade civil automóvel, conforme legislação em vigor, mas com capital máximo previsto na lei, para as viaturas que venham a circular ao serviço do prestador de serviços;
 - c. Responsabilidade Civil profissional que:
 - i. Garanta o pagamento das indemnizações devidas por danos patrimoniais e não patrimoniais em consequência de quaisquer falhas, erros ou omissões cometidas no exercício da sua atividade e que sejam causados a pessoas ou bens de terceiros;
 - ii. Contemple a figuração como terceiro da Entidade Adjudicante;
 - iii. Contenha a menção da Seguradora de que o mesmo não poderá ser anulado, modificado nem restringido nas suas condições sem o prévio e expresse acordo da Entidade Adjudicante.
- 2- Os seguros indicados deverão manter-se válidos até ao final do período da prestação dos serviços, obrigando-se o prestador de serviços ao cumprimento rigoroso do pagamento de prémios a apresentar, sempre, que lhe for solicitado pela Entidade Adjudicante ou seus representantes, os respetivos comprovativos.

CAPÍTULO V

Resolução de litígios

Cláusula 23.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

Disposições finais



Cláusula 24.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.ª

Proteção de dados

- 1 - A entidade adjudicatária obriga-se a cumprir o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais e proteção da privacidade, mantendo em total confidencialidade os dados pessoais cujo acesso lhe tenha sido dado pelo Município da Maia, no âmbito da prestação dos serviços objeto do presente contrato, estando sujeito a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
- 2 - A entidade adjudicatária obriga-se a atuar na medida das instruções que lhe forem transmitidas pelo Município da Maia, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais de terceiros com que o Município da Maia se relacione.

Cláusula 28.ª

Avaliação de Fornecedores

- 1 - A avaliação de fornecedores tem periodicidade anual e é efetuada de acordo com a Matriz de Avaliação de Fornecedores descrita no presente Caderno de Encargos.
- 2 - A avaliação é efetuada por contrato (bens/serviços/empreitada), independentemente da existência de vários contratos para diferentes serviços municipais, e dos seus objetos contratuais, de acordo com as seguintes categorias:

- Categoria A) – Contratos de Empreitadas de obras públicas: são avaliados todos os fornecedores com contratos em execução e/ou finalizados no ano em avaliação, independentemente do preço contratual de cada um dos contratos;
 - Categoria B) – Contratos de fornecimento contínuo: são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços com contratos em execução e/ou finalizados no ano em avaliação, independentemente do preço contratual de cada um dos contratos
 - Categoria C) – Contratos de fornecimento integral ou parcelado de acordo com um prazo pré-determinado:
 - são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços cujos contratos, individualmente, tenham um preço contratual superior a 5.000,00 € (valor s/ IVA);
 - são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços cujos contratos, individualmente, tenham um preço contratual igual ou inferior a 5.000,00 € (valor s/ IVA), desde que o somatório anual ultrapasse aquele limiar.
- 3- A avaliação é qualitativa, sendo calculada com base numa avaliação quantitativa, nos termos constantes da Matriz de Avaliação de Fornecedores.
- 4- Todos os fornecedores começam com uma classificação de 100%, atribuindo-se a cada um dos critérios a avaliação quantitativa de acordo com o respetivo patamar de cumprimento.
- 5- Por cada critério não cumprido será retirada a ponderação fixada de acordo com a natureza do incumprimento descrita na Matriz de Avaliação de Fornecedores.
- 6- Nos contratos de fornecimento contínuo, os incumprimentos de critérios serão avaliados da seguinte forma:
- 6.1 Desde que se verifique uma ocorrência com dano para o Município ou uma não resolução, deverá ser retirada a ponderação fixada para o respetivo critério;
- 6.2 Desde que se verifique mais do que duas ocorrências sem dano para o Município, deverá ser retirada a ponderação fixada para o respetivo critério.
- 7- No caso de existirem fornecedores com vários contratos, a avaliação final desse fornecedor resultará de uma média aritmética simples de todos os contratos.
- 8- Após a obtenção da classificação final os fornecedores são classificados de acordo com a seguinte tabela:
- Preferencial:** Resultado de avaliação entre [90% e 100%]
- Aceitável:** Resultado de avaliação entre [60% e 90%]
- Crítico:** Resultado de avaliação Inferior a 60%
- 9- Fornecedores classificados como “Críticos” só poderão continuar a fornecer o Município da Maia nos seguintes casos:
- Objeto contratual com fornecedor único;
 - Adjudicação na sequência de concurso público, nos termos legalmente definidos.
- 10- A avaliação de fornecedores será divulgada anualmente no site institucional do Município da Maia até ao final do mês de abril, no endereço <https://www.cm-maia.pt/pages/401>.



Cláusula 29.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023 de 14 de julho, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza da dos serviços adquirir, vigentes na legislação portuguesa e europeia.

PARTE II
Cláusulas Técnicas

Cláusula 29.^a

Âmbito da prestação de serviços

A presente prestação de serviços tem por objeto assegurar a limpeza instalações municipais de acordo com as especificações técnicas definidas nos seguintes anexos ao caderno de encargos

Cláusula 30.^a

Local da prestação de serviços

- 1- A prestação dos serviços decorrerá nas Unidade de Saúde do Município identificados no **Anexo II** do presente Caderno de Encargos, sendo que, todos os espaços aí identificados são meramente indicativos da expressão de grandeza das áreas a serem intervencionadas.
- 2- No decorrer da execução dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante reserva-se ao direito de alterar, reduzir ou aumentar os espaços municipais identificados no Anexo II do presente Caderno de Encargos ou alterar as áreas relativas aos edifícios objeto de limpeza em consequência de eventuais alterações operadas nos seus serviços, assim como das respetivas frequências e horários, sendo que, na modificação contratual serão respeitadas as regras dos artigos 311.º e seguintes do CCP, sem prejuízo da aplicação, em relação às modificações que tenham por objeto a realização de prestações complementares, o regime especial do artigo 370.º do CCP por remissão do artigo 454.º do CCP.
- 3- As alterações a que se referem o número anterior serão comunicadas ao prestador de serviços com a antecedência mínima de 30 dias, indicando o(s) espaço(s), as especificidades e a forma de remuneração do(s) mesmo(s).

Cláusula 31.^a

Critérios ecológicos e requisitos de natureza ambiental

- 1- Na execução do contrato, o prestador deve garantir o cumprimento das normas ambientais aplicáveis, bem como garantir que todos os produtos de limpeza a utilizar nos serviços de limpeza respeitam as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo o adjudicatário garantir a sua adequação a novas normas ou exigências que entrem em vigor no período de vigência do contrato.
- 2- É obrigação do prestador de serviços cumprir as normas ambientais aplicáveis aos lotes adjudicados, nomeadamente:
 - i. Existência de procedimentos de gestão de resíduos - Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual versão;
 - ii. Existência de procedimentos de gestão de resíduos hospitalares - Despacho n.º 242/1996, de 5 de julho, na sua atual versão;
 - iii. Existência de procedimentos de gestão de embalagens - Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio, na sua atual versão;
 - iv. Equipamentos de limpeza devem estar de acordo com o Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, na sua atual versão;
 - v. Utilização de produtos de limpeza com solventes orgânicos conforme o Decreto-Lei n.º 181/2006, de



6 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 90/2010, de 11 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 180/2012, de 3 de agosto, na sua atual versão;

- 3 - O prestador de serviços deve proceder à recolha e assegurar o destino adequado aos resíduos produzidos e/ou recolhidos no decurso da prestação de serviços.
- 4 - O prestador de serviços deve realizar um mínimo de uma ação de formação e sensibilização dos seus trabalhadores, por ano, sobre boas práticas ambientais.

Cláusula 32.ª

Níveis de Serviços

- 1 - A prestação de serviços de limpeza deverá ser integralmente executada nas instalações previstas na cláusula 29ª e contemplar os seguintes níveis de serviços:
 - a. É da responsabilidade do prestador de serviços controlar a qualidade da prestação de serviços de limpeza executadas que lhe estão afetas, bem como o controlo dos produtos de limpeza e equipamentos utilizados nessa prestação, determinando a sua substituição se necessário, bem como a apresentação dos trabalhadores ao serviço (ex: incorreção no trato, desleixo ou negligência na execução do serviço);
 - b. Durante a vigência do contrato, o Município reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;
 - c. O Município poderá, em qualquer altura, determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações;
 - d. Todos os produtos de limpeza, materiais e equipamentos necessários ao serviço de limpeza são da responsabilidade do prestador de serviços;
 - e. Todos os produtos de limpeza, lavagem, desengorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimentos, mobiliário, metais, equipamentos elétricos, etc.); assumindo o prestador inteira e exclusiva responsabilidade pelos produtos a usar, nomeadamente no que respeita a eventuais danos que posteriormente se verificarem, desde que atribuíveis àqueles;
 - f. Todos os produtos a utilizar nos serviços de limpeza deverão respeitar as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo o prestador garantir a sua adequação a novas normas ou exigências que entrem em vigor no período de vigência do contrato.
 - g. A entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a sua utilização.
 - h. É da inteira responsabilidade do prestador de serviços o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas da entidade adjudicante destinadas à recolha de resíduos e efluentes, sempre que exista, se mostre adequada e mediante autorização prévia;
 - i. É da responsabilidade e encargo do prestador de serviços a aquisição de todo o material móvel necessário aos trabalhos da prestação de serviços (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios e restantes produtos), bem como todos os gastos com a sua manutenção e conservação em



perfeito estado de funcionamento, durante a vigência do contrato;

- j. **O prestador de serviços obriga-se a apresentar à entidade adquirente uma relação, por categorias profissionais, com indicação dos nomes dos trabalhadores, áreas a que estão afetos ao serviço, a carga horária atribuída e o valor hora aplicável. Da referida listagem constará, igualmente, a natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores aí referidos e o prestador de serviços, bem como a data de início e duração.**
- k. O prestador de serviços obriga-se a apresentar no início da vigência do contrato, se aplicável, ou durante a vigência se existirem alterações dos recursos humanos, o certificado do registo criminal dos colaboradores que, no desenvolvimento da prestação de serviços, venham a ter contacto regular com menores, ou antes do início da execução de qualquer serviço em espaço novo onde se venha a constatar o contacto regular com menores.
- l. O prestador de serviços obriga-se a disponibilizar as folhas de presença diárias dos trabalhadores ao serviço, sempre que possível em registo informático de fácil consulta. Perante a impossibilidade de registo biométrico das presenças, o prestador de serviços deverá preencher uma folha de registo de presenças em que conste a identificação dos trabalhadores, a carga horária atribuída, horas mensais efetuadas e valor hora aplicável.
- m. O prestador de serviços deverá cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a entidade adquirente;
- n. O prestador de serviços deverá assegurar a qualidade dos serviços de limpeza garantindo os resultados identificados na especificação dos serviços de limpeza constantes do presente Caderno de Encargos;
- o. O Município deverá garantir ao prestador o acesso às instalações para a prestação do serviço, devendo este respeitar as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações;
- p. É da responsabilidade do prestador de serviços de serviços de limpeza efetuar a gestão operacional dos consumíveis de higiene nas instalações da entidade adjudicante (papel higiénico, toalhas de papel de mão, sabonete líquido, ambientadores), tais como a sua armazenagem, colocação e reposição, necessários para a manutenção em perfeito estado das instalações sanitárias, garantindo a cobertura das necessidades de consumíveis em todo o período de funcionamento.

Cláusula 33.ª

Acompanhamento da prestação do serviço

Para o acompanhamento da execução do contrato, deve o prestador de serviços reunir periodicamente com os representantes deste Município, de acordo com a planificação que vier a ser definida para o efeito.

Cláusula 34.ª

Avaliação da Qualidade dos serviços de limpeza

- 1- A avaliação do estado de limpeza é efetuada com recurso a auditorias, onde o avaliador definirá se o estado



da instalação analisada após a limpeza está conforme os resultados constantes do presente Caderno de Encargos, e cumpre os requisitos e níveis de serviço definidos nas cláusulas anteriores.

- 2- As auditorias realizar-se-ão pelo Gestor do Contrato, acompanhado pelo responsável da limpeza por parte do prestador de serviços, sendo que uma eventual não comparência deste último não o desvincula dos resultados da auditoria.
- 3- Naquelas auditorias é atribuída uma avaliação de 0 (zero) para Não Conforme e de 1 (um) para Conforme, para os resultados pretendidos para cada uma das especificações definidas no presente Caderno de Encargos.
- 4- A avaliação dos processos e meios utilizados é efetuada continuamente pelo Gestor de Contrato, podendo suportar-se nas auditorias realizadas ao estado da limpeza em informações dos colaboradores dos organismos;
- 5- O resultado da avaliação dos processos e meios utilizados decorre da identificação e somatório mensal das não conformidades, atentas as especificidades e resultados constantes dos Anexos ao presente Caderno de Encargos, bem como as condições constantes da proposta adjudicada.

Cláusula 35.ª

Plano de trabalhos

1. O plano de trabalhos é o constante dos ANEXOS II que integram o presente Caderno de Encargos.
2. No caso de serem referenciadas marcas nos ANEXOS II, as mesmas são meramente indicativas, sendo possibilitada a substituição por outra, desde que equivalente em características.
3. O plano de trabalhos poderá ser ajustado em função de necessidades que derivem da gestão dos serviços municipais, desde que se mantenha o número total de horas de serviços.
4. Só deverão ser faturadas as horas de trabalho efetivamente prestadas.

CRITÉRIO		AVALIAÇÃO QUALITATIVA	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA
Componente Qualidade: Mede a conformidade com as especificações técnicas contratadas.			
Pe - Prazo de entrega/execução	Dentro do prazo		0%
	Fora do prazo sem dano para o Município		-25%
	Fora do prazo com dano para o Município		-50%
Rt - Requisitos técnicos e funcionais	Cumprir integralmente		0%
	Cumprir parcialmente sem dano para o Município		-25%
	Cumprir parcialmente com dano para o Município/Não cumprir		-50%
Componente Sinergias: Mede a capacidade de solucionar problemas e de resposta a pedidos de informação diversos			
Df - Disponibilidade do fornecedor	Facilidade de comunicação		0%
	Dificuldade de comunicação sem dano para o Município		-25%
	Dificuldade de comunicação com dano para o Município		-50%
Ri - Resposta face a imprevistos	Satisfaz a necessidade no prazo que lhe é solicitado		0%
	Satisfaz a necessidade fora do prazo que lhe é solicitado sem dano para o Município		-25%
	Satisfaz a necessidade fora do prazo que lhe é solicitado com dano para o Município/Não satisfaz		-50%
Rr - Resposta face a reclamações	Resolveu o problema no prazo fixado		0%
	Resolveu o problema fora do prazo fixado sem dano para o Município		-25%
	Resolveu o problema fora do prazo fixado com dano para o Município/Não resolveu		-50%
Componente Custo: Mede a conformidade com as condições financeiras contratadas e dados obrigatórios da faturação			
Rf - Rigor na faturação	Ausência de erros		0%
	Erros pontuais		-25%
	Erros frequentes		-50%
Componente Gestão Ambiental (quando aplicável): Mede o desempenho do fornecedor no domínio ambiental de acordo com o exigido no contrato			
Da - Desempenho ambiental	Cumprir		0%
	Cumprir parcialmente		-25%
	Não cumprir		-50%

Peso percentual atribuído a cada componente	
Tabela 1	
Qualidade	60%
Sinergias	30%
Custo	10%
Tabela 2 (quando aplicável a componente de gestão ambiental)	
Qualidade	55%
Sinergias	25%
Custo	10%
Gestão Ambiental	10%

A classificação de cada fornecimento é o somatório de todos os critérios mais a sua classificação inicial (100%), de acordo com a seguinte fórmula:	
Tabela 1	
Classificação fornecimento N = 100 + [(Pe + Rt) x 60%] + [(Df + Ri + Rr) x 30%] + Rf x 10%	
Tabela 2 (quando aplicável a componente gestão ambiental)	
Classificação fornecimento N = 100 + [(Pe + Rt) x 55%] + [(Df + Ri + Rr) x 25%] + Rf x 10% + Da x 10%	
A classificação de cada fornecedor resulta de uma média aritmética simples das classificações obtidas nos diversos fornecimentos, de acordo com a seguinte fórmula:	
Classificação fornecedor F =	$\frac{\sum \text{Classificações fornecimentos N}}{\text{N.º fornecimentos N}}$

Classificação dos fornecedores		
Classificação	Resultado	Ação
Preferencial	Entre [90% e 100%]	Não se realiza qualquer tipo de ação
Aceitável	Entre [60% e 90%]	O fornecedor é alertado para os incumprimentos detetados
Crítico	Inferior a 60%	O fornecedor é alertado para os incumprimentos detetados devendo apresentar um plano de resolução no prazo que lhe for fixado

ANEXO II

UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

#	Edifício ou Unidade Funcional prestação de Serviço	Centros de Saúde	N.º Postos	Tipo de Serviço de Higiene e Limpeza	Frequência da Limpeza	Dias da Semana	Horário Início Serviço	Horário Fim Serviço	Periodicidade
1	Ed. Aguas Santas	USF Alto da Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
2	Ed. Aguas Santas	Edifício Aguas Santas	4	Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
3	Ed. Aguas Santas	Edifício	3	Limp. vidros e estores	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
4	Ed. Aguas Santas	USF Alto da Maia	1	Limpeza Programada Regular	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
5	Ed. Aguas Santas	URAP/ECSCP/UCC	1	Limpeza Programada Regular	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
6	Ed. Aguas Santas	URAP/ECSCP/UCC	1	Limpeza Programada Regular	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
7	Ed. Aguas Santas	USF Alto da Maia	1	Supervisor	DU = Dias Úteis	2ª Feira	19	20	Mensal
8	Ed. Aguas Santas	URAP/ECSCP	1	Supervisor	DU = Dias Úteis	2ª Feira	19	20	Mensal
9	Ed. Pedrouços	Usf Saúde em Família	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
10	Ed. Pedrouços	Usf Saúde em Família	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
11	Ed. Pedrouços	Usf Saúde em Família	2	Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
12	Ed. Pedrouços	Usf Saúde em Família	2	Programada - Limp. Interior e exterior de vi	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
13	Ed. Pedrouços	Usf Saúde em Família	1	Supervisor - Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	12	13	Mensal
14	Ed. Castelo	USF Viver + / Usf Iris	2	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
15	Ed. Castelo	Edifício Castelo	4	Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
16	Ed. Castelo	USF Viver + / Usf Iris	2	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
17	Ed. Castelo	UCC Castelo da Maia/Urap	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
18	Ed. Castelo	Edifício	3	Programada - Limp. Interior e exterior de vi	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
19	Ed. Castelo	Edifício	1	Supervisor	DU = Dias Úteis	2ª Feira	19	20	Mensal
20	Ed. Castelo	Edifício	1	Supervisor - Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	12	13	Mensal
21	Ed. Pedras Rubras	USF Pedras Rubras	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
22	Ed. Pedras Rubras	USF Pedras Rubras	2	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
23	Ed. Pedras Rubras	USF Pedras Rubras	2	Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
24	Ed. Pedras Rubras	USF Pedras Rubras	2	Programada - Limp. Interior e exterior de vi	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
25	Ed. Pedras Rubras	USF Pedras Rubras	1	Supervisor - Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	12	13	Mensal
26	Ed. Misericórdia	Usf Terras da Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
27	Ed. Misericórdia	Usf Terras da Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
28	Ed. Misericórdia	Usf Terras da Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
29	Ed. Misericórdia	CDP Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8,5	17	Diária
30	Ed. Misericórdia	USP/UCC/Urap	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	16	20,5	Diária
31	Ed. Misericórdia	Edifício	4	Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
32	Ed. Misericórdia	Edifício	3	Programada - Limp. Interior e exterior de vi	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
33	Ed. Misericórdia	Edifício	1	Supervisor - Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	12	13	Mensal
34	Ed. Milheirós	UCSP Maia	1	Limpeza Programada Regular	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16	Diária
35	Ed. Milheirós	UCSP Maia	1	Supervisor	DU = Dias Úteis	2ª Feira	19	20	Mensal
36	Ed. Nogueira	USF Flor de Lis	1	Limpeza Programada Regular	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
37	Ed. Nogueira	USF Flor de Lis	1	Limpeza Programada Regular	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
38	Ed. Nogueira	USF Flor de Lis	1	Supervisor	DU = Dias Úteis	2ª Feira	19	20	Mensal
39	Ed. Gueifães	USF Lidador	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
40	Ed. Gueifães	USF Lidador	2	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
41	Ed. Gueifães	USF Lidador	2	Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
42	Ed. Gueifães	USF Lidador	2	Programada - Limp. Interior e exterior de vi	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
43	Ed. Gueifães	USF Lidador	1	Supervisor - Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	12	13	Mensal
44	Ed. Sede	USF Pirâmides	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
45	Ed. Sede	USF Pirâmides	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
46	Ed. Sede	Edifício Sede	4	Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
47	Ed. Sede	Edifício	3	Programada - Limp. Interior e exterior de vi	1x p/mês	Sábado	9	13	Mensal
48	Ed. Sede	Edifício	1	Supervisor - Limpeza Programada Profunda	1x p/mês	Sábado	12	13	Mensal
49	Ed. Sede	USF Odisseia	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	8	16,5	Diária
50	Ed. Sede	USF Odisseia	1	Limpeza Permanente - Piquete	TDU = Todos os Dias Úteis	2ª a 6ª	12	20,5	Diária
51	Sasu	CSP Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	Sábado	Sábado	8	14	Semanal
52	Sasu	CSP Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	Sábado	Sábado	14	20	Semanal
53	Sasu	CSP Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	Domingo	Domingo	8	14	Semanal
54	Sasu	CSP Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	Domingo	Domingo	14	20	Semanal
55	Sasu	CSP Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	Feriado	ñ domingos	8	14	Portual
56	Sasu	CSP Maia	1	Limpeza Permanente - Piquete	Feriado	ñ domingos	14	20	Portual

(*) dado que nem todos os meses tem feriados, apenas foram contabilizados ao ano

DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS POR TIPO DE LIMPEZA

LIMPEZA PROGRAMADA REGULAR		
		Resultados
1	Principais Características	
1.1	Limpeza húmida do pó, dedadas e humidades nos puxadores de portas	Ausência de pó, dedadas e humidades nos puxadores de portas.
1.2	Limpeza húmida de interruptores de luz	Ausência de pó, dedadas e sujidades nos interruptores de luz.
1.3	Limpeza húmida de pó, dedadas e humidades dos móveis e de todos os utensílios/equipamentos	Ausência de pó, dedadas, mancha, marca, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados em todas as superfícies do mobiliário, devendo este apresentar um aspeto abrilhantado, resultante da aplicação de produtos adequados ao tipo de material em causa.
1.4	Encerramento, recolha e transporte dos sacos com resíduos hospitalares para zona própria	Os recipientes de resíduos não podem conter resíduos no seu interior e sujidades óbvias no seu exterior, devendo ser efetuada a recolha e substituição dos sacos que possuam resíduos; Remoção de todos os resíduos para o local indicado pela entidade adjudicante e sua colocação nos recipientes/contentores destinados para o efeito, respeitando o horário legalmente definido, as condições adequadas ao tipo de resíduos recolhidos e os procedimentos ambientais e de gestão de resíduos da Entidade Adjudicante. A recolha de resíduos dos diversos suportes existentes nos serviços, que contempla as seguintes atividades: 1. Encerramento e remoção do saco; 2. Higienização dos suportes e reposição de novo saco; 3. Transporte para a zona destinada à recolha de resíduos
1.5	Limpeza húmida de superfícies, incluindo paredes e mobiliário	Ausência de pó, dedadas, manchas, marcas, sujidades, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados em todas as superfícies.
1.6	Franjar o pavimento	Ausência de pó, dedadas, manchas, marcas, sujidades, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados no pavimento
1.7	Limpeza húmida do pavimento com água e detergente	Ausência de pó, dedadas, manchas, marcas, sujidades, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados no pavimento
1.8	Limpeza mecânica do pavimento	Ausência de pó, mancha, marca, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados em todo o pavimento, devendo este apresentar um aspeto seco e abrilhantado, resultante da aplicação de produtos adequados ao tipo de pavimento em causa.
1.9	Limpeza e desinfecção de quartos.	Cumprimento de todos os pontos anteriores
1.10	Limpeza de derrames (quando não assegurado por serviços de piquete)	Ausência de resíduos sólidos ou líquidos derramados em todo o pavimento, devendo este apresentar um aspeto seco e abrilhantado, resultante da aplicação de produtos adequados ao tipo de pavimento em causa, devendo esta tarefa ser efetuada pela ordem que se indica: remover a matéria orgânica com material absorvente descartável (a fornecer pelos serviços); desinfetar com uma solução de lixívia (conforme recomendação da comissão de controlo de infeção); lavar com água e detergente; enxaguar; secar.

LIMPEZA PROGRAMADA PROFUNDA		
		Resultados
1	Principais Características	

1.1	Limpeza das ombreiras das portas	Ausência de pó, manchas ou sujidades nas ombreiras das portas.
1.2	Limpeza de metais	Ausência de pó, manchas ou sujidades nos metais;
		Os metais deverão apresentar, sempre que as características do material o permitam, um aspeto polido.
1.3	Limpeza de rodapés	Ausência de pó, manchas ou sujidades nos rodapés.
1.4	Limpeza do pó e dedadas em locais elevados, nomeadamente nas partes superiores de estantes, armários e outros móveis	Ausência de pó e dedadas dos locais a limpar.
1.5	Limpeza profunda dos tetos	Ausência de pó, dedadas, teias de aranha, manchas, marcas ou outros resíduos sólidos e líquidos passíveis de remoção dos tetos e dos pontos de iluminação neles colocados.
1.6	Limpeza e desinfeção de portas interiores e exteriores	Ausência de pó, manchas, lamas e resíduos sólidos incrustados ou líquidos; Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção.
1.7	Desinfeção de telefones	Os telefones deverão encontrar-se higienizados/ desinfetados, não possuindo quaisquer manchas ou sujidades.
1.8	Limpeza de objetos em madeira com produtos adequados à sua proteção e lustro	Não existência de dedadas, manchas, marcas, líquidos ou sujidades óbvias; Deverão apresentar um aspeto brilhantado, resultante da aplicação de produtos adequados ao tipo de material em causa.
1.9	Tratamento de cadeiras e sofás de pele com produtos adequados à sua proteção e lustro	Ausência de pó, manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nas cadeiras e sofás de pele, quando suscetíveis de serem removidos; As cadeiras e sofás de pele deverão apresentar-se protegidos e com um aspeto brilhantado, em resultado da aplicação de produtos adequados ao tratamento do mobiliário em causa.
1.10	Limpeza profunda de cadeiras e sofás forrados a tecido	Ausência de pó, manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nas cadeiras e sofás forrados a tecido, quando passíveis de serem removidos, tendo em conta o material em causa, por lavagem, limpeza a seco ou aspiração.
1.11	Desinfeção de recipientes do lixo	Os recipientes do lixo deverão encontrar-se higienizados/ desinfetados, não possuindo quaisquer manchas ou sujidades no seu interior e exterior.
1.12	Limpeza e desinfeção das paredes e divisórias	Não existência de pó, manchas, dedadas, outros resíduos incrustados ou sujidades óbvias; Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção.
1.13	Limpeza do mobiliário com aplicação de produto adequado ao seu brilhantamento e remoção de riscos/manchas/dedadas (não inclui enceramento do mobiliário)	Ausência de pó, mancha, marca, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados em todas as superfícies do mobiliário, devendo este apresentar um aspeto brilhantado, resultante da aplicação de produtos adequados ao tipo de material em causa.

1.14 Limpeza profunda de tapetes, alcatifas e carpetes	Ausência de pó, manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos tapetes, alcatifas e carpetes, quando possíveis de serem removidos, tendo em conta o material em causa, por lavagem, limpeza a seco ou aspiração.
1.15 Limpeza de parapeitos, estores e vidros e envidraçados interiores	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos parapeitos interiores; Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros e envidraçados interiores.
1.16 Limpeza a fundo e desinfecção de todos os pavimentos, procedendo, quando adequado, ao seu enceramento e polimento	O pavimento deve apresentar um estado de limpeza que se assemelhe ao seu estado original, não contendo resíduos ou sujidades suscetíveis de remoção e possuindo um aspeto brilhantado, resultante de atividades como enceramento, polimento, lavagem a seco, entre outras, de acordo com o tipo de pavimento existente.
1.17 Arredamento de todos os móveis de fácil deslocação, sua limpeza completa e limpeza das paredes onde estes se encontram encostados	Ausência de pó, qualquer mancha ou sujidade incrustada em todas as superfícies de mobiliário; Ausência de pó, manchas, dedadas, resíduos incrustados ou líquidos nas paredes onde o mobiliário se localiza.
1.18 Limpeza dos suportes dos cortinados	Ausência de pó, manchas ou sujidades nas ombreiras das portas.

LIMPEZA NÃO PROGRAMADA		
		Resultados
1	Principais Características	

11	Limpeza de parapeitos e vidros e envidraçados interiores	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos parapeitos interiores; Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros e envidraçados interiores.
12	Limpeza de parapeitos e vidros e envidraçados exteriores	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos parapeitos interiores; Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros e envidraçados interiores.

LIMPEZA NÃO PROGRAMADA		
		Resultados
1	Principais Características	
11	Limpeza Interior e Exterior de Vidros e Estores	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos estores exteriores; Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros exteriores.
12	Limpeza de Fachadas	Ausência de pó, manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados, líquidos, tintas e graffitis de difícil remoção.

13	Limpeza de Fim de Obras	O estabelecimento deve apresentar um estado de limpeza que se assemelhe ao seu estado original, não contendo lixos, resíduos ou sujidades suscetíveis de remoção; Remoção e encaminhamento para tratamento adequado de todos os materiais pós- obra
14	Limpeza de Estacionamento Exteriores e Arruamentos	Não existência de resíduos (papéis, embalagens, outros); Não existência de folhas das árvores depositadas no chão, com especial enfoque nas épocas de Outono e Inverno; Não existência de resíduos e/ou lamas quer nas sarjetas quer nas respetivas grelhas que provoque o entupimento daquelas; Os passeios, lancis e áreas asfaltadas não deverão apresentar manchas, lamas, pastilhas elásticas (nomeadamente junto aos edifícios), derrames de óleo ou detritos.

Piquete Limpeza Permanente: Quando a ação de limpeza a executar pelo trabalhador de piquete for uma das ações definidas para a Limpeza Regular ou para a Limpeza Profunda, as características, o resultado esperado e a sua importância relativa serão aqueles que se encontram especificados para Limpeza Regular ou para a Limpeza Profunda.

UNIDADES DE SAÚDE

- USF Alto da Maia - Rua Nova da Corga, s/n, Lugar de Moutidos, Águas Santas, 4425-147 Maia
- UCC Águas Santas - Rua Nova da Corga, s/n, Lugar de Moutidos, Águas Santas, 4425-147 Maia
- ECSCP Maia - Rua Nova da Corga, s/n, Lugar de Moutidos, Águas Santas, 4425-147 Maia
- URAP Maia - Rua Nova da Corga, s/n, Lugar de Moutidos, Águas Santas, 4425-147 Maia
- USF Saúde em Família - R. Angola 180, 4425-616 Maia
- USF Viver Mais - Rua de Lafayette Rodrigues Vieira de Castro 1º, 4475-646 Santa Maria de Avioso
- USF Iris - Rua de Lafayette Rodrigues Vieira de Castro, 4475-646 Santa Maria de Avioso
- UCC Castelo da Maia- Rua de Lafayette Rodrigues Vieira de Castro, 4475-646 Santa Maria de Avioso
- USF Pedras Rubras - Rua Divino Salvador de Moreira, 160, 4470-105 Moreira da Maia
- USF Terras da Maia - Av. Visconde Barreiros, 228 - Edifício da Santa Casa da Misericórdia, 4470-151 Maia
- UCC Maia - Av. Visconde Barreiros, 228 - Edifício da Santa Casa da Misericórdia, 4470-151 Maia
- USP - Av. Visconde Barreiros, 228 - Edifício da Santa Casa da Misericórdia, 4470-151 Maia
- CDP Maia - Av. Visconde Barreiros, 228 - Edifício da Santa Casa da Misericórdia, 4470-151 Maia
- UCSP Maia (Milheirós) - Rua das Escolas, 388 r/c, 4475-339 Maia
- USF Flor de Lis - R. Calvário 366, 4475-463 Nogueira
- USF Lidador - R. Aristides de Sousa Mendes 147, 4470-232 Gueifães
- USF Pirâmides - Av. Luís de Camões, nº 290 - 1º, 4474-004 Maia
- USF Odisseia - Av. Luís de Camões, nº 290 - 2º, 4474-004 Maia
- UAG- Av. Luís de Camões, nº 290 - 3º, 4474-004 Maia
- CSP Maia (SAC) - Av. Visconde Barreiros, 228 - Edifício da Santa Casa da Misericórdia, 4470-151 Maia